

Ensino Público: história de descaso e manipulação política no Brasil*

Célia Mota[†]

Índice

Introdução	2
1 Período Monárquico	3
2 Período Republicano	7
3 Ensino Público Contemporâneo: um histórico de sacrifícios	9
3.1 O descaso que não aparece nas estatísticas	11
3.2 Violência e desrespeito	16
4 Causa e Consequência	18
5 Mudanças e Planos Futuros	22
5.1 Há controvérsias	25
6 Rumo a Universidade	26
Considerações Finais	26
Referências	30

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a história da Educação no Brasil e a forma como o passado pode ter influenciado na atual configuração do Ensino Médio, assim como na maneira relapsa que as escolas públicas preparam seus alunos para o vestibular, salientando também o

*Pesquisa orientada pela professora Doutora em Historia y Comunicación em el Mundo Contemporáneo pela Universidad Complutense de Madrid Verbena Córdoba e professora Mestre em Letras e Linguística Eliéte Oliveira Santos.

[†]Jornalista graduada pela Universidade de Cuiabá.

desinteresse do educador no auxílio aos jovens estudantes para a convivência em sociedade. Ainda levanta um questionamento sobre as últimas mudanças da área e as propostas governamentais acerca desse assunto, que desde o início se mostra polêmico e de difícil conciliação. Além disso, é exposta a estrutura física desse segmento escolar e as etapas a serem vencidas no caminho para a universidade, apontando as dificuldades e incentivos oferecidos aos alunos durante o percurso.

Palavras-chave: Ensino Público. Descaso. Sociedade. Vestibular.

Introdução

A leitura de alguns livros serviu de ferramenta indispensável para compreensão dos pontos mais relevantes da realidade social do País, fato que não pode ser ignorado na análise da estrutura educacional que vigora nas nossas instituições públicas. Entre eles: *O que faz o Brasil, Brasil* (Roberto da Mata), mostrando os costumes, crenças e o “jeitinho brasileiro”, que nada mais é além das relações pessoais usadas como instrumento de neutralização ou acomodação das leis de acordo com a conjuntura, rótulo que nos foi imposto pelo senso comum e agregado a nossa identidade; *O País Distorcido* (Milton Santos), que traz as diferenças sociais pelo olhar de um geógrafo, uma crítica à percepção induzida de quem enxerga o Brasil com olhos estrangeiros, sem saber sobre o povo que ocupa esses espaços; *Falcão, Meninos do Tráfico* (MV Bill e Celso Athayde), um esclarecimento sobre a injustiça social, o quanto ela tem de realidade e como esse fato pode nos confrontar, causar desconforto e fazer pensar nas “pessoas invisíveis”, que podem ser cruéis ao decidirem se fazer notar através da violência; e por último, mas não menos relevante, *A Revolução dos Bichos* (George Orwell), com os efeitos negativos que a ignorância e subserviência podem causar a um povo. A análise da história da educação no Brasil serve para mostrar que certas rupturas como a falta de acesso das classes menos privilegiadas às escolas, a falta de qualidade no ensino e despreparo dos professores se repetem ao longo do tempo. É possível perceber também que o desinteresse político nessa qualidade de ensino, assim como a manipulação das verbas de forma inescrupulosa e a corrupção têm uma história tão antiga quanto a própria República. Porém, ape-

sar da lentidão, algumas mudanças estão sendo implementadas a fim de diminuir as desigualdades.

1 Período Monárquico

A história da educação no Brasil começa a partir da colonização pelos portugueses, que viram a necessidade de aculturar os nativos, índios de várias tribos, a fim de torná-los pessoas com o mínimo de civilidade. De fato, há notícias de que o primeiro colégio da colônia tenha sido construído em Salvador pelos jesuítas em 1549. A *Companhia de Jesus* era comandada pelo Padre Manoel da Nóbrega, cujas cartas enviadas ao Padre Simão Rodrigues, em Portugal, constam como preciosas obras literárias. Elas descrevem o início da História do Brasil, e contribuem para o estudo dos costumes Tupinambás.

Os jesuítas realizaram um excelente trabalho de catequização dos índios, que eram considerados por eles como uma “folha de papel em branco” onde se podiam escrever os valores morais e religiosos necessários para a formação do “bom cristão”. As escolas Jesuíticas eram reguladas por um documento chamado *Ratio Studiorum*, criado por Inácio de Loiola¹, que tinha como base uma formação uniforme a todos os estudantes. Mas, que fique claro: de acordo com os princípios da igreja católica. Para converter os índios ao cristianismo, fez-se necessário ensiná-los a ler e escrever, porém, os jesuítas não se detinham apenas ao ensino básico. Entre outras disciplinas era ensinado: Filosofia e Letras, como cursos secundários, além de Teologia e Ciências Sagradas, que eram considerados de nível superior, para iniciação do sacerdócio.

Os colégios jesuítas foram modelo de ensino no Brasil por 210 anos. Porém, com o Iluminismo, surgiram as ideias de individualismo e uma nova forma de enxergar a religião. O sujeito passa a ser responsável pelo seu destino, deixando de lado o pensamento de que Deus governava todos os acontecimentos. Assim, as cortes passam a se opor aos ensinamentos dos jesuítas, mesmo porque, começaram a perceber que eles concentravam grande poder e já não atendiam aos interesses da monarquia. Os empenhos jesuíticos então são considerados como ameaça a supremacia monárquica da época. O maior intento dos jesuítas era formar religiosos e seguidores, tanto que as famílias já tinham o compro-

¹Santo Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus.

misso de encaminhar um dos filhos para a vida religiosa como afirma Ribeiro (2003):

A importância social desses religiosos chegou a tal ponto, que se tornaram a única força capaz de influir no domínio do senhor de engenho. Isso foi conseguido não só através dos colégios, como do confessionário, do teatro e, particularmente, pelo terceiro filho, que deveria seguir a vida religiosa, sendo que o primeiro seria herdeiro e o segundo letrado (RIBEIRO. 2003, p. 28).

Tornava-se urgente a retomada de poder da metrópole sobre a colônia e isso significava expulsar os jesuítas. Os portugueses estavam em situação de dependência e a economia do país enfrentava dificuldades. Pois, através do *Tratado de Methuen*² (1703), a industrialização de Portugal é comprometida pela invasão das manufaturas inglesas que canalizavam para aquele país grande parte das riquezas portuguesas. A capital lusitana entrava em franca decadência diante de outras potências europeias e a educação jesuítica não atendia aos interesses comerciais da coroa. Ao contrário, até atrapalhavam. Foi nesse contexto que surgiu o Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), com a tarefa de resolver a situação, "ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado" (BELLO, 1998).

Diante desse quadro, o Marquês de Pombal com o seu poder de ministro do monarca D. José I, expulsa os jesuítas de Portugal e do Brasil em 1759. A intenção é recuperar a economia através de uma concentração do poder real. E também modernizar a cultura portuguesa, além de tirar o maior proveito possível da colônia (Brasil). Porém, nessa época a czarina da Rússia, Catarina "A Grande", vislumbrou preciosa oportunidade em atrair os jesuítas para seu país, o que acabou sendo muito positivo para a Cultura Russa. Ela foi visionária ao contrariar

²De acordo com o dicionário de História Portuguesa foi um tratado muito prejudicial para o país, pois derrubava os preços dos vinhos e outras mercadorias lusitanas, que entravam na Inglaterra, a um terço do valor dos direitos que era pago a outros países como a França, por exemplo. Isso colocou o Portugal na dependência industrial da Inglaterra.

outros países e notar a importância em acolher esses religiosos. O fato: conhecimento é poder e o clero sempre teve acesso fácil a ambos.

Enquanto isso, aqui no Brasil, com as reformas Pombalinas instalava-se o ensino temporal e o público. Ambos foram elaborados a partir das “Cartas Régias” e foi assim que a educação sofreu a primeira grande ruptura no método implantado e solidificado como modelo. A fase que vem a seguir pode ser descrita como o caos. Nada que pudesse se comparar ao sistema jesuítico foi implantado e a instrução brasileira se reduziu a nada. Os professores eram despreparados e mal pagos, além de serem improvisados.

O período de obscuridade no ensino brasileiro durou até a decisão da corte portuguesa de se instalar na colônia, em 1808. A partir de então, D. João VI abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e seu empreendimento mais marcante em termos de mudança: a Imprensa Régia. Toda essa estrutura foi criada em prol do bem estar da família real e a corte em sua estadia no Brasil.

Porém, em 1921 o rei D. João VI volta para Portugal e deixa seu filho, D Pedro I, como imperador do Brasil. Em 1822, sob pressão de um elevado número de insatisfeitos com o regime colonial, o príncipe regente proclama a Independência do Brasil. Mais tarde, em 1824 é outorgada a primeira Constituição brasileira cujo Art. 179 garantia a "*instrução primária gratuita para todos os cidadãos*".

O ano de 1827 foi marcado pela instituição do primeiro método de ensino do Brasil pós-colonização, o Método Lancaster, ou do "*ensino mútuo*". Funcionava da seguinte forma: um aluno treinado, ou mais adiantado nos estudos, educava um grupo de dez discípulos sob o olhar vigilante de um inspetor. Tal método foi uma tentativa de suprir a falta de professores. O quadro abaixo mostra as ações implantadas no ensino nos anos que se passaram:

Ano	Ação
1826	Decreto implanta quatro graus de instrução entre eles: escolas primárias, ou Pedagogias; Liceus; Ginásios e Academias.
1827	Projeto de lei propõe a educação, através de pedagogias, em todas as cidades e povoados. Também é previsto que se faça o exame para seleção e nomeação de professores. Além da abertura de escolas para meninas.
1834	Ato adicional à constituição determina que a responsabilidade pela administração do ensino primário e secundário passa a ser das províncias, o que desencadeia o ato de 1835.
1835	Nasce em Niterói a primeira Escola Normal do país. Porém, os resultados não correspondem às expectativas, a educação perdeu-se mais uma vez, devido ao tamanho do país, entre outras coisas.
1837	É criado o Colégio Pedro II, no prédio do antigo colégio de São Joaquim, na cidade do Rio de Janeiro. A intenção é estabelecer um modelo pedagógico para o curso secundário. Mas o objetivo não foi alcançado, pois o colégio não conseguiu se organizar até o fim do império.

Quadro 1: Ações implantadas no ensino durante a monarquia no Brasil.

Fonte: Maria Isabel Moura Nascimento do site histedbr

Caso tenham sido boas as intenções ao se implantar tais métodos, os resultados não corresponderam às expectativas. Relatórios do Ministro do Império Lino Coutinho (1831 a 1836) delataram os resultados insignificantes da implantação da Lei de 1827. De acordo com artigo escrito por Nascimento para o site histedBR – Unicamp (1986/2006) o ensino elementar no país ia de mal a pior. Lino Coutinho argumentava que os empenhos e dispêndios do Estado para estabelecer e ampliar o ensino elementar em nada resultou. Ainda acusou os municípios pela administração ineficiente e precariedade da educação por falta de vistoria.

Os professores são acusados de negligência e os alunos de ociosidade. Quanto ao poder público, ele admite o abandono do mesmo no fornecimento dos recursos subsídios como os edifícios públicos previstos pela lei; livros didáticos e outros itens. Por fim, foram levantadas questões como o baixo salário dos professores, a complexidade dos conhecimentos exigidos pela lei – que dificultavam a contratação de

profissionais de ensino – além da inconformidade na metodologia adotada em vista das condições particulares do país. Também nesse período o ensino no Brasil andava a passos de tartaruga, como demonstra Bello (2001).

Até a Proclamação da República, em 1889, praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira. O Imperador D. Pedro II, quando perguntado que profissão escolheria não fosse Imperador, afirmou que gostaria de ser "mestre-escola". Apesar de sua afeição pessoal pela tarefa educativa, pouco foi feito, em sua gestão, para que se criasse, no Brasil, um sistema educacional. (BELLO, 2001)

Assim como o imperador D. Pedro II, nos anos que se passaram vários outros governantes apenas aspiraram melhoras no ensino público sem que nada de significativo realmente se concretizasse. Dessa forma, os apontamentos feitos pelo ministro, já naquele tempo, mostram uma análise atual se comparada ao quadro da educação contemporânea no Brasil.

2 Período Republicano

Somente em 1930, na era “Vargas”, surgem reformas educacionais mais relevantes, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que teve início em 1961, com apoio na Constituição. Esta lei somente foi atualizada em 1971 e novamente em 1996, vigorando até os dias de hoje com suas regras anacrônicas.

A educação no País deveria ter se desenvolvido consideravelmente desde 1549. Porém os resultados das pesquisas vão de encontro aos artigos da LDB que têm como prioridade garantir “Ensino Fundamental gratuito, mas obrigatório para todos” (lei 9394196 art.4). De acordo com o IBGE, no final da década de 1990 apenas duas em cada cinco pessoas entre 15 e 18 anos tinham completado o Ensino Fundamental e em 2007 o Brasil teve o segundo maior índice de analfabetismo da América do Sul.

Os resultados das pesquisas foram abaixo das expectativas. Isso nos faz pensar nos motivos desse elevado índice de analfabetismo e nos remete ao principal objetivo em se implantar e fazer valer as referidas

leis. Mais especificamente o art. 37, seção V da LDB, relativo ao ensino para jovens e adultos, se mostrou ineficaz e serviu apenas como dispositivo no retrocesso dos índices de analfabetismo. Mostrou ser um esquema para enganar os números e dar aos iletrados a aptidão necessária ao ato de “votar corretamente”. E assim justificam-se os 30% de analfabetos funcionais registrados no anuário de 2007 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Dessa forma, os políticos criaram um “jeitinho” de atingir alguns objetivos práticos sem comprometer o método educacional vigente. Tal método visa ensinar a ler e escrever, mas não a pensar e questionar.

Por que insistir nesse processo, visivelmente prejudicial à qualidade do que é ensinado aos brasileiros? Vários estudos apontam para a ineficácia e os prejuízos em se avançar o estudante de um nível para outro nas séries escolares sem o menor critério. Essa técnica objetiva apenas baixar os números do analfabetismo. Ao que tudo indica, qualidade de ensino não tem sido preocupação dos governantes. E por que seria? Eleitores ignorantes são mais fáceis de enganar. A ignorância, ou falta de conhecimento político, facilita na hora de convencer os eleitores a vender ou mesmo trocar os votos por promessas que nunca se cumprem. Santos (2002) confirma:

O que está havendo no Brasil é uma preocupação estatística da educação. Você é treinado, mas não é educado. Nada é feito para que você seja igual, porque a pobreza não é definida só pela renda. É pelo poder, é a posição que você tem na sociedade. Se você é só treinado, você não está apto a discutir o seu lugar na sociedade, e esse é o debate central. A estatística simplifica tudo. As pessoas ficam felicíssimas com os índices (SANTOS, 2002, p. 168).

O autor concedeu a entrevista acima em 2001. Os anos se passaram e suas observações tornam-se mais atuais a cada dia. A educação de qualidade é acessível somente a quem pode pagar pelo ensino privado ou abdicar de necessidades como lazer e outras para manter as mensalidades em dia, já que a eficiência do ensino público está inegavelmente comprometida.

Em *A Revolução dos Bichos* (ORWELL, 2007, p. 106) existe uma lei que diz o seguinte: “Todos os bichos são iguais, mas alguns bichos

são mais iguais que outros” e isso é tudo que restou de sete mandamentos feitos pelos bichos na elaboração de um plano de ataque aos humanos, seus algozes. Com o tempo, alguns porcos foram se mostrando mais inteligentes e acharam brechas para enganar os companheiros. Cortes foram feitos nos mandamentos e, dos sete iniciais, restou apenas o que salienta a diferença entre as igualdades. Os porcos perceberam que a inteligência definia a liderança e trataram de reservar conhecimento e instrução apenas aos seus descendentes e aliados.

Assim, depois de várias alterações, que não foram percebidas devido à ignorância dos comandados, tanto as palavras quanto o sentido da última frase no único mandamento, foi alterado. O que inicialmente confirmava uma igualdade entre eles, agora fortalecia a diferença. E os porcos, animais que obtinham o conhecimento, aos poucos iam distorcendo os objetivos da rebelião de modo a se colocarem em posição privilegiada em relação aos outros. Afirmando sua superioridade pela inteligência. Nesse contexto, dominaram covardemente toda a granja explorando a estupidez dos seus “companheiros”.

Com essas informações retomamos a descoberta inicial de que conhecimento é poder e ambos não são acessíveis ao povo. Desde quando se descobriu a educação ficou estabelecido que ela fosse reservada a quem tivesse as melhores condições financeiras. Ou seja, àqueles que são “mais iguais que os outros”. O tempo passou e o quadro ainda é o mesmo. Mesmo hoje, as escolas públicas estão longe de atingir um nível satisfatório no trabalho de alfabetização.

3 Ensino Público Contemporâneo: um histórico de sacrifícios

As vagas nas universidades federais são ocupadas por uma maioria (54,3%) de pessoas que recebem mais de cinco salários por mês e que frequentam as escolas privadas. O fato é que tais instituições oferecem melhores condições de aprendizagem aos alunos e isso tem se mostrado motivo de angústia para famílias de baixa renda. Esses provedores se apertam com as despesas domésticas a fim de tentar igualar as chances dos filhos na hora de concorrer a uma vaga nas universidades federais.

Para tanto, alguns pais com salários menos favorecidos recorrem às escolas particulares. Os motivos são variados e, ao contrário do que se

pensa, o que pesa nessa decisão não é apenas a qualidade do ensino, mas a chance de garantir aos filhos uma segurança que as instituições públicas já não oferecem. Mesmo que seja necessário o comprometimento de metade do salário mensal. Esse é o caso de Cláudio Roberto Ferreira, operador de máquina que gasta metade da renda familiar de R\$600 com escola para as duas filhas (FOLHA DE SAO PAULO, 25 maio 2009).

Com a atitude de matricular os filhos em escolas particulares os pais esperam escapar de um problema herdado do ensino público, que são os gastos com cursinhos pré-vestibulares. Eles são caros e já se alastraram como uma doença contagiosa. Aplicam suas técnicas mecanizadas no treinamento de candidatos que visam passar nas provas padronizadas das grandes instituições.

Outro motivo de preocupação são as viagens necessárias para os candidatos que queiram tentar outras universidades e aumentar as chances de ingressar no ensino superior. Tanto os cursinhos quanto as viagens são ônus impossível, ou no mínimo sacrificante, para quem não possui boa remuneração. O fato é que a concorrência por uma vaga nas Instituições de ensino superior federais é acirrada e os alunos do ensino particular acabam levando vantagem sobre os que vêm das escolas públicas.

Algumas iniciativas como as cotas para negros, indígenas e alunos provenientes de instituições públicas de ensino foram implantadas pelo governo. Porém, a reserva de cotas, inclusive os 50% para egressos de escolas públicas, gera polêmica desde 2005 quando a Unicamp (Universidade de Campinas, SP) afirmou que esse método não leva em conta a qualificação do estudante. Por isso optou por dar pontos extras para alunos da escola pública e isso elevou o percentual desses estudantes entre os aprovados de 28% para 34,1%. “A universidade considera que, nesse sistema, a qualificação do vestibulando é levada em conta, pois todos os candidatos disputam as mesmas vagas” (Portal Mec, 2005).

O ex ministro da educação Fernando Haddad defende a liberdade das universidades para escolher métodos que não sejam a reserva de vagas e defende a iniciativa da Unicamp de conceder um bônus, em forma de pontos extras, para esses estudantes (entrevista feita pelo jornalista Fábio Takahashi, para a Folha de São Paulo em 2005). Mas a lei que aprova pelo menos 50% das vagas em instituições federais de ensino

superior para alunos que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 20/11/2008, de acordo com o site Uol notícias. Na UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), Cuiabá as cotas já estão em vigor. De acordo com o site “Sónotícias.com” a partir do ano de 2012 a universidade disponibiliza 30% das vagas em cursos regulares para estudantes que comprovem ter feito ensino fundamental e médio em escolas da rede pública. Em 2013 este percentual sobe para 40%, chegando a 50% em 2014.

3.1 O descaso que não aparece nas estatísticas

O artigo 62 da LDB permite a profissionais que tenham concluído o curso normal do *Ensino Médio* alfabetizar crianças na educação infantil e dos primeiros quatro anos do Ensino Fundamental, como pode ser visto no site do Palácio do Planalto:

Art. 1o O art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I-professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (SILVA, agosto de 2009).

Em outubro de 2009 foi aprovado, pela Câmara dos Deputados, projeto que exige curso superior para professores de educação básica. Porém, ainda é válido que docentes com nível médio lecionem para a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental (1º ao 5º ano). De acordo com matéria publicada no site G1 em outubro de 2009, “Levantamento divulgado pelo Ministério da Educação em maio

do mesmo ano afirma que quase um terço dos professores não tem curso superior ou atua em área diferente de sua formação “.

Eis aí uma amostra do desinteresse dos governantes com a qualidade do ensino público. O curso de pedagogia, que deveria ser pré-requisito para profissionais de educação infantil, ainda é tratado como algo necessário, mas não indispensável. Qualquer semelhança com a época da obscuridade do ensino da fase pombalina não é mera coincidência. O país ainda improvisa profissional nessa área, continua desvalorizando o trabalho e formação do mesmo. Na maioria das vezes, os professores são mal remunerados, desestimulados e despreparados para conduzir salas de aula cada vez mais lotadas, com mais de 40 alunos.

De fato, o que se vê são instituições mal estruturadas e com insuficiência de profissionais. A estudante do Colégio Manoel Novaes, na capital baiana, Ivana Silva, afirma que em maio/2009 a escola ficou parada por mais de uma semana devido à falta de funcionários da área de limpeza. Eles fizeram greve em protesto pelo atraso de três meses no pagamento dos salários.

Em junho de 2011 os professores do ensino público em Mato Grosso entraram em greve, mais uma vez, por melhores pisos salariais e outros benefícios que lhes são negados.

Os trabalhadores da educação lutam pela implantação imediata do piso salarial de R\$ 1.312,00, mas também pelo pagamento das horas atividades para professores contratados, pela posse imediata dos professores aprovados e pelo avanço na lista dos classificados nos concursos. O movimento é para garantir que os professores tenham condições de se dedicar integralmente aos seus alunos, sem precisar ter dois ou mais empregos. Além disso, é preciso investir na estrutura das escolas para que educação de qualidade seja levada à população. (site 24horasnews, 27/06/2011)

Porém, essas não são as únicas dificuldades enfrentadas por quem depende do ensino público no Brasil. Outro problema grave nessas instituições está ligado ao fornecimento de merenda. Consta no art. 2º da lei 11947 (16/06/2009), sobre as diretrizes da alimentação escolar que:

A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado. Será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei. O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; a inclusão de a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional; a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica [...]. (SILVA, 16 de junho de 2009).

Ou seja, é direito de todo aluno de escola pública uma alimentação saudável, variada e nutritiva. Ficando a cargo do Estado o fornecimento e manutenção desses alimentos. Mas, na contramão dessa lei, o que se constata em várias escolas é a falta ou desperdício e má conservação desses suprimentos que, muitas vezes, passam do prazo de validade. Matéria exibida no Fantástico³, em 8 de maio de 2011 mostra como algumas dessas escolas vem oferecendo merenda estragada aos estudantes:

A equipe do Fantástico visitou mais de 50 escolas públicas – estaduais e municipais – de cinco estados: São Paulo, Goiás, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia. Todos sempre se apresentaram como jornalistas. [...] Em Itaparica, cidade turística baiana, foram a duas escolas municipais. Uma funcionária contou que quase não tem merenda e, naquele momento, só havia açúcar no estoque. Desde o início do ano, a geladeira da escola está vazia. Só tem água gelada. [...] Fotos tiradas pelos fiscais da controladoria são

³Programa semanal exibido nas noites de domingo na Rede Globo de Televisão.

a prova do descaso. Em São Bento do Tocantins, por exemplo, foi encontrado um sapo ao lado da comida. Em Branquinha, Alagoas, não havia água potável no colégio e no armário da merenda, um foco de baratas. [...] Em escola municipal de Santa Teresinha, na Bahia, a tubulação de esgoto passa pela cozinha. O charque estava sem data de validade. Entre os sacos de comida, muitas formigas. (FANTÁSTICO maio 2011)

É revoltante a forma como o serviço público é tratado nesse país. As armações políticas por trás do descaso com a educação também são mostradas pelo programa:

Em novembro passado, na Bahia, a Polícia Federal prendeu sete prefeitos. Entre as acusações, desviar verbas federais e favorecer uma empresa distribuidora de merenda, que superfaturava preços e não entregava comida. Entre os políticos presos, estava o prefeito de Santa Teresinha, Agnaldo Andrade. Ele ficou dois dias na cadeia e continua no cargo. [...] Uma das explicações para tantos problemas nas merendas é a corrupção. O Fantástico teve acesso, com exclusividade, a dois depoimentos que, segundo o Ministério Público, ajudam a entender o caminho das fraudes. Genivaldo Santos é ex-sócio da Verdurama, empresa paulista do ramo de refeições prontas: “Eu tinha a finalidade de pagar algumas propinas de alguns municípios. A média da propina era de 10%”, revela. Esse valor corresponde a cerca de R\$ 70 milhões de propina por ano. O Fantástico também foi a um sítio. A testemunha do Ministério Público disse em depoimento e também para a equipe de reportagem que o sítio está entre os bens comprados pelo prefeito com dinheiro de propina. Segundo o denunciante, o valor do sítio foi R\$ 250 mil reais, pagos em agosto de 2007. “O pagamento foi feito à vista, de uma vez só, e o dinheiro foi levado na bolsa. Ele parou o carro ao lado do meu. Eu coloquei a bolsa dentro do carro dele”, relata a testemunha. (FANTÁSTICO, maio 2011).

A forma como os políticos manipulam a máquina pública em benefício próprio, passando por cima dos direitos do cidadão e colocando em risco a saúde de crianças inocentes, é crime que não se pune. Reclusão, julgamento e outras penalidades, raramente são aplicados aos políticos corruptos. Há um recurso chamado imunidade parlamentar que garante aos políticos certa segurança diante da justiça. Por exemplo, deputados e senadores só podem ser julgados e processados pelo Tribunal de Justiça Federal (STF). Deputados estaduais e vereadores são processados e julgados pelo Tribunal de Justiça estadual. Parlamentares também tem garantida proteção contra prisão civil e prisão criminal. Somente pode ser preso em flagrante delito por crime inafiançável. E, ainda assim, é uma situação muito complicada.

Nesse caso, a casa legislativa deverá ser comunicada no prazo de 24 (vinte e quatro horas) pela autoridade responsável. A partir de então, haverá votação aberta e, por maioria absoluta, a casa legislativa deverá decidir sobre a necessidade da manutenção da tal medida prisional. Não sendo admitido nenhum outro tipo de prisão cautelar (preventiva, temporária, por pronúncia ou decorrente de sentença não transitada em julgado).

Dessa forma, o cidadão comum fica impedido de abrir processo contra um político corrupto que esteja protegido pela medida, já que isso só pode ser feito pelo STF e pelo TJE. “Como se vê, essas prerrogativas deveriam ser usadas para proteger o mandato parlamentar, não para acobertar condutas delituosas de representantes no povo no parlamento brasileiro” (Sousa, 2006).

No papel, também as leis que beneficiam o povo brasileiro são claras e justas, mas só no papel. Na prática, apenas do cidadão comum é cobrado o cumprimento dessas leis. De acordo com o artigo 69 da LDB, o Estado deve gastar 18% do seu orçamento na área de Educação e os municípios, no mínimo, 25% com a manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Mas isso não é constatado nas pesquisas feitas em algumas escolas públicas. As pesquisadoras Célia Lessa Kerstenetzky (professora da faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense) e Livia Vilas Boas (doutoranda em economia) fizeram uma comparação dos gastos educacionais no Brasil e dos três países mais bem colocados no

Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (Pisa)⁴, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico⁵ (OCDE) cujo resultado não foi surpresa, ou seja, nossos gastos com educação precisam aumentar consideravelmente, mesmo em comparação com o Chile, que teve o pior desempenho entre os três países utilizados na pesquisa. Apesar de ser o 40º colocado, o país está com catorze posições de vantagem sobre o Brasil.

3.2 Violência e desrespeito

O cenário da escola pública no Brasil é conhecido e bem divulgado: professores desestimulados e mal pagos lutam todos os dias com o desinteresse de alunos marginalizados e, às vezes, violentos. Na verdade, todo o suporte físico e organizacional das escolas deixa a desejar em vários sentidos. Péssimas instalações e métodos de ensino ineficazes.

Os professores têm cada vez menos vontade de trabalhar com esse segmento, pois, além da falta de incentivo do governo – baixos salários e péssimas condições de trabalho – ainda se deparam com um problema que tem assustado os profissionais das escolas nos subúrbios: a violência. O que não falta nos jornais e na Internet é notícia de atos violentos nas escolas públicas de todo o País. São alunos que ameaçam e agredem os educadores, funcionários e até mesmo colegas.

Os casos de vandalismo e depredação do patrimônio, além da hostilidade com os professores, são cada vez mais comuns nas grandes cidades, tornando ainda mais insustentável a situação do ensino público no Brasil. Estes agressores praticam as mais variadas formas de tortura física e psicológica, desde furar os pneus dos carros de diretores e mestres, até situações mais graves, em que chegam a ser levados aos hospitais em consequência dos abusos.

⁴Sistema de avaliações internacionais que julga capacidades em leitura e literatura, matemática e alfabetização científica. Enfatiza habilidades funcionais adquiridas pelos estudantes ao final da escolaridade obrigatória. Foi criado em 2000 e é administrado a cada 3 anos. Cada aplicação avalia os três temas. Cada administração inclui avaliações dos três temas, mas enfoca um deles em profundidade. A administração mais recente foi em 2009 e focado em leitura. O próximo será em 2012 e vai enfatizar matemática.

⁵Organização Intergovernamental de países industrializados. (Fonte: site IES National Center for Education Statistics).

Matéria publicada pelo G1 revela que professores vitimados por alunos sofrem de stress pós-traumático e são afastados para tratamento.

Joseneide Santos de Aquino relata que três alunas colocaram acetona e veneno para matar ratos no café da sala dos professores. "A diretora estava muito assustada e avisou que uma avó ligou para falar que a neta viu umas meninas colocando 'chumbinho' no café dos professores", conta. (G1 15/05/2011).

Em capitais como Salvador ocorrências como tráfico de drogas e violências físicas contra alunos e servidores crescem consideravelmente, por isso alguns membros da população se mobilizam na promoção de eventos de conscientização. Foi o que aconteceu no mês de junho de 2011 em duas escolas municipais dos bairros do Cabula e São Gonçalo do Retiro, em parceria com a Polícia Militar. Participaram do debate pais de alunos, representantes do Ministério Público e estudantes de várias idades. Entre os participantes há um considerável número de vítimas, uma das diretoras disse ter sido ameaçada de morte pela mãe de um aluno.

O assunto é delicado e os estudantes dessas escolas se veem diariamente ameaçados. As chamadas "balas perdidas" são cada vez mais frequentes em instituições de ensino público. Em 2010 foram registrados vários casos por todo o Brasil. Em Fortaleza (CE), uma aluna foi atingida durante uma apresentação cultural em escola do bairro Bom Jardim. As pessoas que trabalham na instituição afirmam que não foi a primeira vez que ocorreu um incidente deste tipo dentro da escola.

No município de Betim (MG), um adolescente de 17 anos é morto a tiros em escola pública no dia 30 de julho de 2011 enquanto jogava bola no pátio. Quatro pessoas, entre eles dois menores de idade, 16 e 17 anos, e outro com 19 anos, invadiram a instituição e atiraram contra o jovem. "A vítima, que levou três tiros na perna e um no tórax, chegou a ser encaminhada ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos. À Folha, a PM afirmou que o adolescente não tinha passagem pela polícia e que sua família desconhece os motivos do crime". (Folha.com, 30/07/2011).

Lastimavelmente o que não faltam são exemplos de ocorrências traumáticas em escolas públicas em todo o Brasil. Essas situações, assim como o medo, tornam-se rotineiras na vida dos cidadãos que de-

pendem do ensino público. Mandar o filho para a escola todos os dias é uma prova de resistência e um desafio.

4 Causa e Consequência

Entre os vários problemas expostos não se pode ignorar a questão da desigualdade social no Brasil, que cresce no ritmo das metrópoles e tem uma ligação forte e direta com o sistema público de educação e a violência generalizada.

O maior medo é sem dúvida, o medo da pobreza e o medo dos pobres. Isso é grave, porque, acabamos sendo mais medrosos das vítimas do que das causas da miséria. Sendo assim, teríamos de nos preparar para viver sob temores ainda mais vastos e profundos, porque no maravilhoso mundo novo que agora nos preparam, as grandes cidades no Brasil serão ainda maiores e mais carregadas de miséria (SANTOS, 2002, p. 126).

Enquanto os ricos se protegem em condomínios fechados, que agora também possuem escolas particulares, a miséria se alastra do lado de fora. Existe um grande temor em relação à periferia e tudo o que ela representa: Pobreza, violência e ignorância.

Quem mora nas favelas recebe o rótulo de bandido pela sociedade, por isso as classes média e alta distanciam-se cada vez mais dos bairros periféricos e guetos, não só para evitarem assaltos ou agressões, mas, para não terem que presenciar a situação de quem vive lá. Talvez seja mais fácil não dar um rosto à miséria que, na idealização de quem não a conhece, é somente um número nas pesquisas do IBGE. Assim, podem fingir que a fome não é real, e se for, trata-se de uma realidade distante, a qual eles são indiferentes.

Mas, a injustiça social tem semblante triste e choro fraco. Nossos adolescentes precisam trabalhar para comer e isso dificulta em muito o seu desempenho como aluno, sendo esse um dos principais motivos da evasão escolar.

É proibido por lei, no Brasil, empregar menores de quatorze anos; e, mesmo assim, os adolescentes com idade até dezesseis só podem exercer a função de aprendiz, durante poucas horas diárias. A ocupação

com o trabalho não deve atrapalhar nos estudos. No entanto, é fato que a realidade está muito longe de se ajustar à lei. Basta sair nas ruas para perceber qual é a situação do trabalhador adolescente. Atuam nos sinais de trânsito, feiras livres, mercados e, nos fins de semana, vendem mercadorias nas praias. Trabalham em condições precárias e insalubres.

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶ são de 2009. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009, mostra ainda há 123 mil crianças com idade entre 5 e 9 anos trabalhando, dados que se agravam quando a idade é entre 5 e 17 anos, nessa faixa etária há 4,3 milhões de meninos e adolescentes na labuta. Isso é quase 10% da população nessa idade.

Muitas crianças trabalham como escravos ou para pagar dívidas assumidas pelos pais. Mas, apesar do relatório indicar certa queda desses números desde o início da década de 1990, o que aumenta nossas esperanças, o trabalho infantil não deve ser extinto até 2015.

Na opinião de alguns jovens é mais vantajoso ingressar no mundo das drogas, onde podem trilhar uma carreira e subir de posto rapidamente, por isso cada vez mais crianças são atraídas para o tráfico. Outros veem nessa vida a única saída para conseguir emprego e dar melhores condições à família, pois, de acordo com depoimentos, não é fácil para quem mora nas favelas conseguir emprego legal. Quando conseguem, o salário é bem abaixo do que ganham com o tráfico. O trecho da entrevista realizada por Celso Athayde (2006) com um dos “falcões” do tráfico – como ele denomina no livro – ilustra essa triste realidade:

Falcão: Eu entrei com 14 anos nessa vida. Com 11 comecei a fumar cigarro, com 12 comecei a fumar maconha, com 14 comecei a cheirar cocaína. Foi aí que eu comecei a entrar na vida do crime, a vida que eu to agora. Tudo começou há oito anos, quando minha família tava passando aquele sufoco, aquela tragédia, NE, irmão? O dia-a-dia, eu vendo minha sair para trabalhar, aquelas condições, não podia dar

⁶Mais detalhes no link: <http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/2010/ultimas-noticias/2010/09/08/trabalho-infantil-continua-em-queda-mas-ainda-ha-mais-de-4-milhoes-de-pequenos-trabalhadores.jhtm>

o de bom e melhor para nós, NE? Como? O que eu queria ter eu não podia ter. [...] até então, a gente morava num barraquinho de madeira. Pegou fogo. Com dez anos, eu tomei um tapa na cara dum polícia. Isso até hoje eu guardo no peito, no coração.

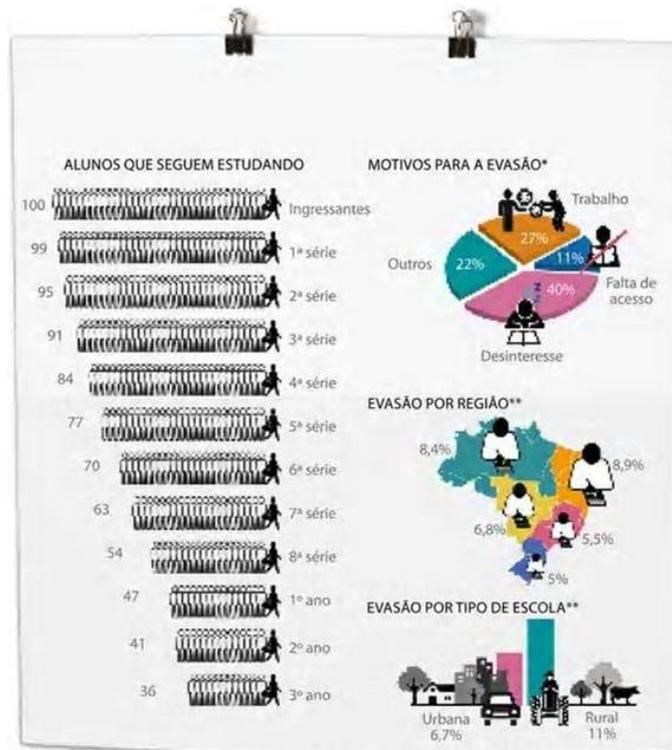
Celso: Por que você está nessa vida?

Falcão: É revolta mesmo. É ódio. Tristeza. Mágoa. Guardo tudo isso no peito. Sofrimento. Várias coisas. Tento dar de bom pra minha família (tiro ao fundo) e ela não passar o reflexo do que passou, o sufoco que passava.

(ATHAYDE, 2006 p. 79).

A vida no crime começa muito cedo, quando ainda estão no ensino médio e, às vezes, até no ensino fundamental. Nesse sentido, a escola torna-se um dos pontos de venda mais fortes e reduto de verdadeiros criminosos – que estão sempre aliciando mais crianças para o tráfico – que representam grande perigo para todos que frequentam a instituição.

Porém, de acordo com gráfico do INEP – MEC (2005), o desinteresse entre jovens de 15 e 17 anos no Ensino Fundamental causa mais evasão escolar do que a violência:



Quadro 1: Evasão escolar
Fonte: INEP (2005)

De acordo com pesquisas do Unicef, o número de dos jovens entre 15 e 17 anos de idade estão fora da escola, em uma faixa etária que abrange quase todo o ensino médio ainda é muito alto, chega a 14,8% e as causas são diversificadas.

Na publicação, o UNICEF analisa as desigualdades educacionais no Brasil – especialmente as regionais, étnico-raciais e socioeconômicas, bem como as relacionadas à inclusão de crianças com deficiência. São essas desigualdades que impedem que parcelas mais vulneráveis da população brasileira tenham garantido seu direito de aprender, sobretudo nas regiões do Semiárido, da Amazônia Le-

gal e nas comunidades populares dos centros urbanos. (Site Unicef 11/2011)

O Relatório indica também que as crianças entre seis e 14 anos de idade vivem situação bem menos inquietante, com menos de 3% sem estudar. É preciso levar em conta que 60% das crianças fora da escola são negras. E que esse percentual na Região Norte é duas vezes maior do que na Região Sudeste. Isso mostra uma desigualdade não só racial ou social, mas também territorial.

5 Mudanças e Planos Futuros

Para não se dizer que nada é feito pela educação no Brasil, algumas alterações têm sido implantadas nos últimos anos. As disciplinas Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, que foram retiradas da grade escolar nos anos 1980 pela ditadura, instaurada em 1964. Com objetivos de padronizar os pensamentos da sociedade em favor dos ideais do referido regime, a supressão dessas disciplinas durou até 2009.

As escolas públicas e particulares do ensino médio têm até 2011 para oferecer Sociologia e Filosofia de forma plena a todos os estudantes. De acordo com César Callegari, presidente da Câmara de Educação Básica do CNE (Conselho Nacional de Educação) a lei nº 11684/2008 tornou obrigatório a inserção das duas disciplinas no ensino médio, mas não fixou prazo. Porém, é atribuição do conselho a interpretação da lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação. A iniciativa do CNE tem como objetivo promover questionamentos dos jovens frente a muitos problemas e inquietudes que os cercam. Mas também é fato que a maioria dos professores que conduzem tais disciplinas é despreparada. Em consequência disso, um índice satisfatório de aproveitamento pode não ser alcançado. O próprio presidente da Câmara admite:

César Callegari diz que o número de professores habilitados (com licenciatura) em filosofia e sociologia é pequeno e que equivale as disciplinas de física, química e matemática, mas que isso não o atemoriza. [...] As dificuldades que terão os sistemas estaduais e as escolas para oferecer as disciplinas de filosofia e sociologia, diz o presidente do CNE, não serão diferentes do que acontece com as demais disciplinas. Ele

dá dois exemplos dessa situação: 60% dos professores de português que lecionam no ensino médio têm habilitação na área; em química e física, apenas 10% que estão nas mesmas salas de aula têm licenciatura específica. (Portal Mec, maio 2009).

César Calligari ainda diz que o esforço deve ser de todos para que os estudantes brasileiros tenham as mesmas oportunidades dos europeus e estadunidenses. Outra mudança é a lei de cotas, que garante 50% das vagas em Universidades federais para estudantes que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas, destas – destinadas a negros, pardos e indígenas –, metade é reservada aos que tenham a renda de um salário mínimo e meio *per capita*.

Esses alunos são selecionados através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realização de Paulo Renato Souza à frente do ministério da educação (entre 1995 e 2002). Porém, entre os aprovados, as maiores médias ainda são dos estudantes da rede privada, o que mostra o quanto o ensino público ainda precisa melhorar para que possa competir em pé de igualdade com o particular. Paulo Renato Souza, falecido em junho de 2011, era contra as cotas raciais. O ex-ministro da educação, (PSDB-SP), acreditava que “o acesso ao ensino se dá mais por questão social do que racial” Como aponta matéria do site ANDIFES (2008):

Tenho críticas fundamentais ao projeto não pela reserva de vagas aos alunos da escola pública, mas pelo critério racial que está sendo proposto. Sabemos que a educação em nosso país, infelizmente, reproduz a enorme desigualdade de nossa sociedade. A raiz de nossa desigualdade, entretanto é eminentemente social e não racial. É evidente que entre os mais pobres a proporção negros e pardos é maior do que no conjunto da população e que algum grau de discriminação racial existe em nossa sociedade, mas isso não significa que a desigualdade em nosso país tenha sido causada pela questão racial. Os fenômenos de certa forma se superpõem, mas a raiz do problema está na questão social em geral. Além disso, os dados demográficos e os educacionais disponíveis apontam que no acesso à educação e

no desempenho escolar, a renda é um fator mais preponderante que a raça. (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, julho 2008).

Indiferentemente da polêmica em torno das “cotas raciais”, o importante é que se faça algo para diminuir a distância entre ensino público e privado. Uma triste constatação de que a educação no Brasil já virou motivo de piadas são as “Pérolas do ENEM”, conteúdo baseado em equívocos cometidos pelos estudantes anexados a comentários maldosos que são divulgadas via Internet. As pessoas se divertem sem se dar conta da tragédia que isso representa.

O diretor da escola da rede estadual de São Paulo com melhor desempenho no ENEM, Camilo da Silva Oliveira, criou um currículo próprio. Ele não utiliza programas do governo, como formação de professores, salas de informática ou atividades como feiras de ciências. Afirmo que cada governo tem um modismo, critica os boatos sobre escolas em tempo integral, já que não conseguem funcionar quatro horas diárias devido ao excesso de aulas vagas. Acha o projeto de informática uma bobagem, pois, há 17 máquinas para atender 40 alunos.

Oliveira criticou as propostas da gestão Mário Covas que, conforme ressaltou, os estudantes perdiam aulas devido ao treinamento de professores em horário de trabalho, bem como a ação do secretário Gabriel Chalita, no governo Geraldo Alckmin que, segundo o diretor, “sequer sabia o que é rol de conteúdos”. Ainda conforme Oliveira, a escola, que já não funcionava, ficava em feiras de ciências ou excursões para zoológicos e perdiam uma semana com isso. “Se meu projeto dependesse do governo estaria esfacelado”. Para Oliveira governo não tem a menor ideia do que fazer. Critica ainda eleições para diretor de escola. “Isso aqui não é sindicato. O Estado só atrapalha” (FOLHA DE SAO PAULO, maio 2009).

Enquanto deparamos com a desconstrução do saber, o ensino Médio parece ser o principal alvo do governo Lula, que apresentou algumas propostas para futuras mudanças. O Ministério da Educação (MEC) propõe a unificação do processo seletivo para universidades federais e a modificação do ENEM para servir de base. O novo ENEM combina a forma de abordagem do atual exame com o alcance dos conteúdos cobrados pelo vestibular. Para o ministro Haddad, tal mudança permitirá

reformular os conteúdos ensinados no ensino médio, que estão pautados pelas provas dos vestibulares.

O novo ENEM será composto de quatro grupos de testes de múltipla escolha realizados em dois dias. As provas ficariam distribuídas da seguinte forma: linguagens, códigos e suas tecnologias (incluindo redação); ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias, e matemática e suas tecnologias. As instituições de ensino superior, públicas e privadas poderão usar o novo ENEM como parte de seu processo seletivo ou aderir ao Sistema de Seleção Unificada, em que o exame seria utilizado como fase única. O novo ENEM entrou em vigor em outubro de 2010.

Essa é uma proposta que visa ser um bom dispositivo para dar mais acesso aos estudantes de baixa renda às universidades. Porém, começa a surgir outra mudança que pode não ser fácil de implantar. O MEC propôs agrupar as atuais doze disciplinas do Ensino Médio em quatro grupos: línguas, matemática, ciências humanas e ciências exatas e biológicas, assim como o aumento da carga horária semanal de 2.400h para 3000h. Em lugar das disciplinas biologia, física e química, por exemplo, teria atividades interdisciplinares com ênfase em aulas de laboratório.

5.1 Há controvérsias

Tais mudanças já geram polêmica. O jornal *Folha de São Paulo* (maio, 2009) classifica como abstrata e retórica tal inovação. Afirma que nas deficientes escolas do ensino médio, os diretores e educadores estão desorientados, sem saber administrar o básico. Não seria o melhor momento para jogar sobre eles uma sobrecarga assim, pois esse é um currículo aberto e experimental. De acordo com o jornal, além do fato de eles não estarem preparados e nem contarem com instalações adequadas para preencherem tal exigência, o MEC não tem jurisdição sobre as redes públicas estaduais e por isso não pode impor-lhes a modificação.

O projeto foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em julho de 2009 e em julho de 2010 já estava sendo testado em 17 estados, sendo cerca 300 escolas, com abrangência de 300 mil estudantes. De acordo com o site Guia do estudante, o Brasil conta com 8,4 milhões de estudantes no Ensino Médio. Ainda não há previsão para a implantação do novo modelo em todo o país.

6 Rumo a Universidade

Os caminhos para a universidade são muitos para quem realmente deseja fazer um curso superior. Como vimos anteriormente, através de alguns projetos como o sistema de cotas, por exemplo, o ensino acadêmico torna-se cada vez mais acessível à população. Porém, ainda assim, existem pessoas que vivem em estado de miséria absoluta no Brasil e, provavelmente, não terão condições de ingressar na faculdade.

De acordo com matéria divulgada no Estadão em setembro de 2010, a taxa de analfabetismo do Brasil entre pessoas de 15 anos ou mais de idade caiu de 10% para 9,7% entre 2008 e 2009. Porém, no ano de 2009 o País contou 14,1 milhões de analfabetos, a maioria concentrada entre homens, maiores de 25 anos da Região Nordeste. As conclusões constam da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Também foi apurada a taxa de analfabetismo funcional, que é o percentual de pessoas acima dos 15 anos de idade com menos de quatro anos de estudos completos: duas vezes superior à taxa de analfabetismo, com resultado de 20,3% em 2009.

O Brasil possui ótimas instituições de ensino superior, porém, entre as universidades brasileiras, ao contrário do que acontece com os níveis fundamental e médio, as federais é que são consideradas com melhor qualidade no ensino. As universidades federais são maioria no *ranking* das dez melhores do Brasil, pois, contratam os melhores professores e possuem os maiores centros de pesquisas. A desvantagem em se cursar uma Universidade Federal são as constantes paralisações que, às vezes, duram meses e prejudicam os estudantes. Esses têm a formatura adiada por várias vezes no decorrer do curso.

Considerações Finais

Não se pode acreditar que somente facilitando a entrada dos alunos negros, índios e outros excluídos sociais, egressos de escolas públicas, em universidades federais promova-se uma melhora significativa na estrutura de todo o ensino estadual e municipal no Brasil. É mais viável uma iniciativa ousada por parte do governo no sentido de sanar as mazelas do ensino público, dando estímulos (cursos de atualização) e melhor

remuneração aos professores e outros funcionários dessas instituições; melhorando a estrutura física dessas escolas; e ampliando o número das mesmas nas regiões menos acessíveis do País.

Porém, não cabe só ao governo carregar nas costas o estigma da má educação. É também de responsabilidade do estudante a sua própria formação, pois um aluno esforçado e consciente aproveita as oportunidades e enriquece sua vida acadêmica. Afinal, existem vários casos de jovens de baixa renda que cursaram escolas públicas por toda a vida e, ainda assim, conseguiram se destacar profissionalmente.

No entanto, o Estado tem o dever de promover as condições adequadas à garantia de ensino de qualidade a todos os cidadãos, independentemente de classe social, de gênero, de religião, etc. Não parece justo que o trabalhador, tendo pagado seus impostos em dia a fim de garantir, entre outras coisas, uma educação com o mínimo de qualidade para seus filhos, tenha que recorrer às escolas particulares. E esses pais não o fazem somente para obter melhor nível de ensino, mas também por questões de (in) segurança.

É inaceitável que em um país – que se orgulha em divulgar propagandas em todos os canais televisivos da “Educação para todos” – se pague duas vezes pelo mesmo serviço. Isso se torna ainda mais grave quando o indivíduo, que na maioria das vezes é assalariado, compromete metade do seu salário nessa empreitada. O estudante de uma escola particular, apesar de comprar um ensino melhor do que o oferecido na maioria das escolas públicas, não tem garantido uma vaga nas universidades federais.

O sistema de cotas que o governo impõe às instituições para preencher essa imensa lacuna nos níveis fundamental e médio das escolas públicas diminui consideravelmente as vagas. Nesse sentido, mais uma vez o trabalhador se vê obrigado a arcar com o ônus da ineficiência do ensino público, que não prepara seus filhos e filhas para competirem em pé de igualdade com os alunos do ensino privado por uma vaga na Universidade, pois não conseguem ir até o final com os livros. Aliás, as greves de professores e funcionários dessas instituições, por melhores salários, colaboram muito para o atraso nos estudos e prejuízo dos alunos da rede pública.

A se calcular pelo preço dos impostos, as escolas públicas deveriam oferecer o mesmo nível – ou ainda melhor – de ensino vendido pelas

instituições privadas. Mas, com certeza essa não é a maior preocupação dos políticos, pois se mostram excessivamente mais engajados em escolher os candidatos à presidência da República nas próximas eleições, ou mesmo na votação para o aumento dos próprios salários. Enquanto isso, promessas vazias e propostas indecorosas, sem qualquer condição de serem colocadas em prática configuram mais uma ameaça de caos na educação.

A presidente Dilma tem se esforçado para ampliar o número de universidades federais pelo País, no entanto, nada de efetivo foi feito para melhorar o ensino de base: fundamental e médio. Outro problema, que é a violência no interior das escolas, também só vem aumentando a cada ano. Infelizmente os casos continuam a estampar manchetes de jornais e sites de notícias.

O desinteresse pelo ensino no Brasil pode ter uma explicação simples, se levarmos em conta que para entrar na carreira política não é necessário diploma ou especialização. Toda profissão, para ser bem exercida, necessita de formação acadêmica, e pós-graduação. Mas, para ser deputado, prefeito, vereador, e até presidente da república, não se exige nada além da aprovação de um público cansado, sem esperanças e intoxicado pela retórica.

Em “A Revolução dos Bichos”, de George Orwell, os porcos se julgavam os animais mais inteligentes, e estavam sempre procurando aprender coisas para ficarem mais informados e melhor preparados em relação aos outros bichos, por isso exerciam total domínio na granja. Mas aqui, na realidade brasileira, ao invés de agregarem conhecimento e sabedoria, nossos políticos procuram desenvolver a arte da enganação, o que não deixa de ser um método de aperfeiçoamento. Porém, como porcos, boicotam e manipulam o ensino público para garantir a formação de eleitores passivos, despreparados para questionar e se posicionar contra a corrupção que se alastra no congresso e nas prefeituras de todo o país.

Nesse fragmento do texto de Milton Santos (2002) é possível perceber um dos graves problemas na educação do Brasil e a possível solução oferecida pelo autor:

Você é treinado, mas não educado. A produção do cidadão, não deve ser só do cidadão. Deve resultar de uma dupla

formada pela cidadania completa e pela individualidade forte, com a listagem de direitos a igualdade efetiva, e não puramente essencial. Estamos chegando a todos os limites (SANTOS, 2002, p.168).

Entre outras coisas, uma das mais importantes constatações ao se concluir essa pesquisa é a total falta de interesse político na formação do censo crítico nos estudantes durante sua trajetória escolar. A verdadeira intenção por trás de tantos projetos, que mais atrapalham a qualidade do ensino do que ajudam, é conseguir, de maneira duvidosa, o retrocesso do número de analfabetos brasileiros nas pesquisas. Por vários motivos, e entre eles o mais relevante é formar o maior número possível de eleitores facilmente manipuláveis. Mas, também devemos levar em conta a necessidade em apresentar o Brasil ao mundo como país emergente, capaz de acompanhar a globalização.

Quanto às mudanças propostas pelo MEC para extinguir os vestibulares e compactar as disciplinas, ainda é cedo para avaliar a extensão dos benefícios ou sacrifícios em função delas. Mas não parece viável que se faça tais modificações sem um processo de adaptação prévia. Se o ensino não for submetido a uma grande revolução desde sua base, certamente continuará ineficiente. Sobre isso, Rubem Alves faz uma analogia que nos ajuda a entender melhor a situação.

Agora os vestibulares tiveram o seu fim decretado. Fico feliz, porque há mais de vinte anos eu tenho estado lutando por isso. Mas tenho receio. Imaginem um restaurante que servia uma comida de gosto ruim, indigesta e que provoca vômitos e diarreia. O dono do restaurante, diante das queixas de seus clientes, resolve fazer uma reforma na forma como a comida era servida, mudam-se as panelas, os talheres, etc. Mas a comida continua a mesma... (ALVES, 2009, p. C2).

Eis uma preocupação real, que de fato pode estar assombrando a sociedade. A história já forneceu as informações necessárias para a prevenção contra as velhas promessas, falsas mudanças, e reviravoltas vertiginosas que em nada alteram os níveis de qualidade. O povo brasileiro já está muito cansado e descrente na retórica governamental para acreditar em milagres.

Referências

- ALVES, Rubem. *Fim dos vestibulares?* Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 12 maio 2009. Cotidiano p. C2.
- ARAGAKI, Bruno. *Brasil tem segundo maior índice de analfabetismo da América do Sul*. UOL Notícias, 28 set. 2007. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/educacao/ultnot/ult105u5900.jhtm>, acesso em 10 maio 2009.
- ATHAYDE, Celso e MV Bill. *Falcão-Meninos do Tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- Aluna é atingida por bala perdida dentro de escola no Ceará*. Publicação em 29/01/2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2010/01/29/aluna-atingida-por-bala-perdida-dentro-de-escola-no-ceara-915745474.asp> Consulta feita em 05/08/2011.
- ANDIFES. *Cotas Raciais ou sociais*. 8 de julho de 2008. Disponível em: http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=132:cotas-raciais-ou-sociais&catid=50&Itemid=100017 acesso em 05/08/2011.
- Bahia: Aumenta a violência nas escolas de Salvador*. Portal Band News. Disponível em: <http://bandnewstv.band.com.br/conteudo.asp?ID=144062>, acesso 19 maio 2009.
- BELLO, José Luiz de Paiva. *História da Educação no Brasil*. Site Pedagogia em Foco. Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb03.htm#texto>, acesso em 26 maio 2009.
- Brasil registra alto índice de analfabetismo*. Terra notícias, 13 mar 2008. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI2675424-EI306,00-Brasil+registra+alto+indice+de+analfabetismo.html>, acesso em 10 maio 2009.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Presidente da República (Fernando Henrique Cardoso) e Congresso Nacional, 20

dez 1996. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope_web/lei_n9394_20121996.pdf, acesso em 26 nov. 2009.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102480>, acesso em 16 de maio 2009.

Educação no Brasil. IBGE teen. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>, acesso em 10 maio 2009.

BRESCIANI, Eduardo. *Câmara aprova exigência de curso superior para professor de ensino básico*. G1, 21/10/09 – 20h16 – Atualizado em 21/10/09 – 20h28. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1350015-5601,00-CAMARA+APROVA+EXIGENCIA+DE+CURSO+SUPERIOR+PARA+PROFESSOR+DE+ENSINO+BASICO.html> consulta feita em 22 de junho de 2011.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

EDITORIAL. *Retórica no MEC*. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 05 maio 2009. Opinião, nº 29252, p. A2.

EDITORIAL. *Menos improviso*. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 07 maio 2009. Opinião, nº 29254, p. A2.

GOIS, Antônio e Bedinelli Talita. *Pobre em Escola Privada vai melhor no Enem*. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 25 maio 2009. Cotidiano, nº 29.272, p. C1.

Educação no Brasil melhora, mas desigualdades ainda criam barreiras. http://www.unicef.org/brazil/pt/media_14931.htm consulta feita em janeiro de 2012.

E no Brasil, como estão as crianças? Portal Aprende Brasil. Disponível em http://www.aprendebrasil.com.br/reportagens/criancasdobrasil/trabalho_infantil.asp, acesso em 05 maio 2009.

Escolas municipais de Salvador debatem violência no Dia da Família. Site G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2011/06/escolas-municipais-de-salvador-debatem-violencia-no-dia-da-familia.html> consulta feita em 28/07/2011.

Escolas públicas oferecem aos alunos merenda estragada. Fantástico 08/05/2011. Disponível em: <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1661430-15605,00.html> consulta feita em 24 de junho de 2011.

FOLHA.COM. *Adolescente é morto a tiros dentro de escola em Minas Gerais.* Julho 2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/952177-adolescente-e-morto-a-tiros-dentro-de-escola-em-minas-gerais.shtml> consulta feita em 03/08/2011.

Governo testa disciplinas optativas e mais horas de aula no Ensino Médio. 07/05/2010. Acesso em 08/09/2011. Disponível em <http://guiadoestudante.abril.com.br/vestibular-enem/governo-testa-disciplinas-optativas-mais-horas-aula-ensino-medio-557339.shtml>.

JABOUR, Arnaldo. *Pornopolítica: paixões e taras na vida brasileira.* Rio de Janeiro:Objetiva, 2006.

MADEIRO, Carlos. *Trabalho infantil continua em queda, mas ainda há mais de 4 milhões de pequenos trabalhadores.* UOL notícias, 08/09/2010. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/2010/ultimas-noticias/2010/09/08/trabalho-infantil-continua-em-queda-mas-ainda-ha-mais-de-4-milhoes-de-pequenos-trabalhadores.jhtm> consulta feita em 03/08/2011.

MADUEÑO, Denise. *Câmara aprova cotas para universidades federais.* O Estado de São Paulo. 20 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,camara-aprova-cotas-para-universidades-federais,280922,0.htm> acesso em 05/08/2011.

ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PORTAL MEC. *Filosofia e sociologia devem ser incluídos nas escolas até 2011*. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13590:ensino-medio&catid=211&Itemid=86 acesso em 05/08/2011. <http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2010/01/29/aluna-atingida-por-bala-perdida-dentro-de-escola-no-ceara-915745474.asp>.

Proposta do Ministério da Educação para unificação do processo seletivo das instituições de ensino superior. Audisa auditores associados. Disponível em <http://www.audisaauditores.com.br/?p=372>, acesso em 17 maio 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Autores Associados, 2003.

ROSSI, Clóvis. *Educação, matérias e dinheiro*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 05 maio 2009, Opinião, nº 29252, p. A2.

SANTOS, Milton. *O País Distorcido*. São Paulo: Publifolha, 2002.

SILVA, Luis Inácio Lula. LEI 12014 de 6 de agosto de 2009 – alterações no art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm#art1 consulta feita em 22 de junho de 2011.

Site 24 Horas. *Professores desafiam a Justiça e decidem seguir com greve em Mato Grosso*. Disponível em <http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=374681>, consulta em 28/07/2011.

SOUSA, Robson. *Imunidade Parlamentar*. Site Direito em debate. Disponível em <http://direitoemdebate.net/index.php/apostilas-e-cartilhas/136-direito-constitucional/442-robsonnsousagmailcom> consulta feita em 28/07/2011.

TAKAHASHI, Fábio. *MEC Quer Começar Novo Currículo nas Piores Escolas*. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 17 maio 2009, Brasil, p. A4.

Governo do Estado Só Me Atrapalha. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 04 maio 2009. Entrevista da 2ª, nº 29.251, p. A15.

MEC quer unir Matérias em áreas temáticas. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 04 maio 2009. Cotidiano, nº 29251, p C3.

TEIXEIRA, Anísio. *A Educação e a Crise Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, vol. 64. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001582.pdf>, acesso em 17 maio 2009.

TRAMONTINA, Mariana. *Alunos com maior renda ocupam maioria das vagas em universidades públicas*. UOL Educação, 28 set. 2007. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/educacao/ultnot/ult105u5903.jhtm>, acesso em 10 maio 2009.

Violência dos alunos provoca stress pós-traumático em professores. Site G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2011/05/violencia-dos-alunos-provoca-stress-pos-traumatico-em-professores.html>, consulta feita em 28/07/2011.